

Nota Técnica



Retomada Via Setor Privado

terça-feira, 19 de novembro de 2019

O objetivo desta nota técnica é apresentar a metodologia adotada pela Secretaria de Política Econômica para o cálculo dos componentes privado e público do PIB.

A decomposição do PIB entre setor privado e público pretende esclarecer como cada um desses setores está contribuindo para a retomada econômica em curso. Para tal fim, utilizaram-se os dados das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) divulgados pelo IBGE. As CNT são dados oficiais do governo relativos à atividade produtiva nacional, com periodicidade trimestral publicadas tempestivamente (em agosto de 2019 foram divulgados os dados do 2º trimestre de 2019).

A desagregação entre setor privado e público não é diretamente divulgada nas CNT. Contudo, o seu cálculo pode ser feito a partir das desagregações disponibilizadas. No arquivo “Tabelas Completas”¹ o IBGE fornece, entre outras coisas, a produção desagregada pela ótica da demanda. Conforme a tabela citada, a ótica da demanda desagrega o PIB em: Consumo das Famílias; Consumo do Governo; Formação Bruta de Capital Fixo; Exportação; Importação; Variação de Estoques (este último apenas em valores correntes).

Partindo da desagregação supracitada, fornecida pela ótica da demanda, deve-se separar o que é componente da demanda do setor público e o que é do setor privado. Adotaram-se, para a análise em questão, os seguintes critérios:

- Setor Privado: Consumo das Famílias, Exportação e Importação;
- Setor Público: Consumo do Governo.

Resta ainda a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Esta, contudo, não pôde ser considerada como integralmente pertencente a um dos dois setores. Há dados disponíveis nas “Contas Econômicas Integradas”² mostrando que a participação do governo na Formação Bruta de Capital Fixo é relevante.

	PIB	FBCF total	FBCF pública	Participação
	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	%
2010	4 348 519	797 946	125 668	15,75
2011	4 916 948	901 927	123 637	13,71
2012	5 452 077	997 460	131 379	13,17
2013	6 080 377	1 114 944	143 840	12,90
2014	6 569 136	1 148 453	171 540	14,94
2015	6 838 401	1 069 397	136 072	12,72
2016	7 023 725	973 271	121 248	12,46

Obs.: Valores correntes

Fonte: IBGE

¹ Disponível no seguinte link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=downloads>

² Disponível no seguinte link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=downloads>



Os dados da tabela acima são taxativos quanto à participação do setor público na Formação Bruta de Capital Fixo. Cumpre destacar que as Contas Econômicas Integradas são disponibilizadas com frequência anual e com grande defasagem temporal (em agosto de 2019, apenas dados até 2016 estavam disponíveis). Portanto, é necessário obter esta informação em uma base trimestral e com extensão até o 2º trimestre de 2019 (de forma a ficar compatível com os dados das CNT).

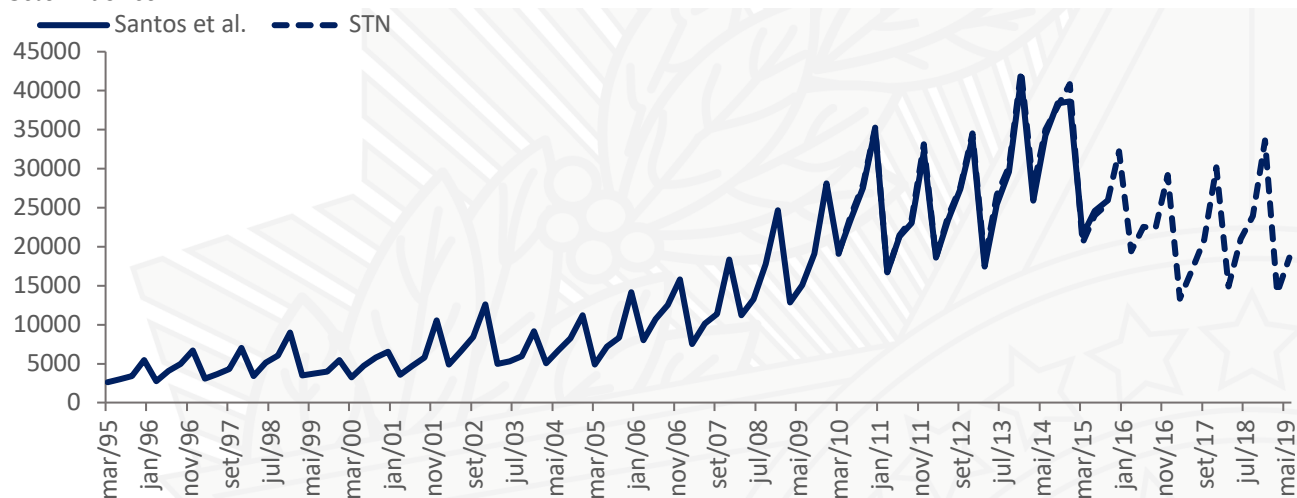
A construção da série de Formação Bruta de Capital Fixo do governo foi realizada em SANTOS et al. (2012).³ No trabalho, a série é apresentada para o período entre 2002 e 2010 com dados mensais. Mediante solicitação, obteve-se a série ampliada: de 1995 a meados de 2015. No entanto, para torná-la atualizável e tempestiva, conforme a divulgação do resultado das CNT, encadeou-se a série desenvolvida por SANTOS et al. (2012) com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no Demonstrativo de Operações do Governo Geral por esfera de governo presente no Boletim Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral.

Dessa forma, foi possível estimar a série até o período desejado (2º trimestre de 2019). Isso porque há grande proximidade entre os dados de Aquisição de Ativos não Financeiros fornecidos no Boletim de Estatísticas Fiscais da STN e a série de FBCF do setor público encontrada em SANTOS et al. (2012).

O gráfico abaixo mostra a série de FBCF do setor público, de 1995 até 2015, e a série fornecida pela STN, de 2010 até 2019 (em ambas a periodicidade é trimestral e os valores correntes em milhões de Reais).⁴ A correlação entre as séries no período de sobreposição é de 0,996.

Gráfico 1 - FBCF

Setor Público



Não obstante a alta correlação entre as séries, estimou-se uma regressão simples para realizar a extensão dos dados de SANTOS et al. até o 2º trimestre de 2019.

³ Santos, C.; Orair, R.; Gobetti, S.; Ferreira, A.; Rocha, W.; Silva, H. e Britto, J. Estimativas mensais da formação bruta de capital fixo pública no Brasil (2002-2010). *Economia Aplicada*, v. 16, n. 3, p. 445-473, 2012

⁴ Para o cálculo do PIB do setor público os valores de FBCF do setor público foram deflacionados utilizando o deflator da FBCF.



Uma vez feita a concatenação das séries, torna-se possível separar a FBCF entre pública e privada. Assim, o PIB do setor público pode ser calculado agregando-se o Consumo do Governo com a Formação Bruta de Capital Fixo do setor público. Por sua vez, o PIB do setor privado pode ser calculado como a diferença entre o PIB total e o PIB do setor público.⁵ Bem como a FBCF do setor privado pôde ser calculada como a diferença entre a FBCF total e a FBCF do setor público.

Outra forma possível de estimar o PIB privado é adicionar o investimento calculado aos demais componentes do setor privado (consumo das famílias, exportações e importações). O diferencial das duas séries de setor privado (por meio da exclusão do PIB do Governo do PIB total ou da agregação dos componentes da demanda privada, incluindo o investimento) consiste na variação de estoques. Segundo a Nota Informativa, o crescimento do PIB privado de 1,7% no segundo trimestre de 2019 é majorado para 2,2%, quando se desconsidera a variação de estoques.

Para agrupar os componentes do setor público e privado, utilizou-se a metodologia do IBGE descrita nos Procedimentos de cálculo da Série de Relatórios Metodológicos das Contas Nacionais Trimestrais⁶ – Ano de referência 2010, que agrega as séries da demanda agregada do PIB trimestral.

Resumidamente, calculam-se os pesos de cada componente da demanda (a_i), utilizando os valores nominais no ano anterior. Posteriormente, estima-se a base móvel (b_i), ou seja, o valor dos componentes da demanda em relação a média do ano anterior. Para agregá-los no PIB privado e público, multiplica-se o vetor dos pesos (a_i) pelos índices resultantes da base móvel (b_i), originando a série composta privada ou pública. A série encadeada é recuperada pela multiplicação do resultado do trimestre pelo valor média do ano anterior.

Os dados do PIB público e privado, que foram apresentados na Nota Informativa Retomada Via Setor Privado e no Boletim Macroeconômico de Novembro de 2019, seguiram a metodologia apresentada nesta Nota técnica.

⁵ Desta forma, a variação de estoque está sendo considerada dentro do cálculo do PIB do setor privado.

⁶ Vide em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=notas-tecnicas>